



Um retrato da municipalização das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto no Estado do Rio Grande do Sul

Graziela Milani Leal¹, Alessandra da Silva Prado², Lisélen de Freitas Ávila³, Liziane Giacomelli Henriques da Cunha⁴, Alessandra Paz⁵, Caroline Pereira Santos⁶, Carolina Gomes Fraga⁷, Prof. Dr. Francisco Arseli Kern⁸, Profa. Dra. Patrícia Krieger Grossi⁹ e Profa. Dra. Beatriz Gershenson Aguiński¹⁰ (orientador).

*Faculdade de Serviço Social/ PUCRS
Grupo de Estudos e Pesquisas em Ética e Direitos Humanos (GEPEDH)*

Resumo

O projeto ora apresentado propõe-se a adensar a produção de conhecimentos sobre as temáticas da Juventude, Socioeducação, Políticas Públicas e Direitos Humanos, que articulados por meio do Grupo de Estudos e Pesquisas em Ética e Direitos Humanos (GEPEDH) da Faculdade de Serviço Social da PUCRS, vimos desenvolvendo desde 2003. Integrando alunos de graduação e pós-graduação e de docentes-pesquisadores, o GEPEDH visa contribuir, através de suas produções e pesquisas, para a qualificação das políticas públicas na perspectiva da garantia dos Direitos Humanos dos sujeitos a que se destinam.

¹ Aluna da Graduação da Faculdade de Serviço Social PUCRS, Bolsista de Iniciação Científica, vinculada ao GEPEDH.

² Aluna da Graduação da Faculdade de Psicologia PUCRS, Bolsista de Iniciação Científica, vinculada ao GEPEDH.

³ Assistente Social, Mestranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da PUCRS, vinculada ao GEPEDH.

⁴ Assistente Social, Mestranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da PUCRS, vinculada ao GEPEDH.

⁵ Assistente Social, Apoio Técnico da pesquisa, vinculada ao GEPEDH.

⁶ Assistente Social, Apoio Técnico da pesquisa, vinculada ao GEPEDH.

⁷ Assistente Social, Apoio Técnico da pesquisa, vinculada ao GEPEDH.

⁸ Doutor em Serviço Social pela PUCRS. Professor e Coordenador da Graduação da Faculdade de Serviço Social da PUCRS, vinculado ao GEPEDH.

⁹ Doutora em Serviço Social pela University of Toronto. Professora e Pesquisadora credenciada permanente no PPGSS/PUCRS, Coordenadora do NEPEVEDH – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Violências, Ética e Direitos Humanos.

¹⁰ Doutora em Serviço Social pela PUCRS. Professora e Diretora da Faculdade de Serviço Social da PUCRS, Coordenadora do GEPEDH.

A pesquisa “Medidas Socioeducativas em meio aberto no Estado do Rio Grande do Sul: o desafio da Municipalização”, objetiva identificar a situação atual do atendimento socioeducativo em meio aberto no RS e sua municipalização. O estudo busca realizar um diagnóstico situacional do atendimento municipalizado das medidas socioeducativas em meio aberto neste Estado, visando analisar como vem se constituindo a municipalização deste atendimento em consonância com os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e com os parâmetros do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Esta pesquisa busca contribuir para a qualificação da política de socioeducação em meio aberto. Nesta direção, pretende complementar o Mapeamento do Sistema Socioeducativo de Privação de Liberdade no Estado do Rio Grande do Sul, contribuindo para ampliar a análise dos possíveis arranjos institucionais da municipalização no atendimento da socioeducação em meio aberto neste Estado. Por se constituir num processo ainda recente e em início de consolidação não apenas no Estado, mas em todo o país, constata-se pouca produção em torno desta temática, necessitando de um maior aprofundamento.

A produção de conhecimentos a respeito do sistema de atendimento socioeducativo em meio aberto, especialmente considerando as inovações introduzidas pelo SINASE e a política do Governo Federal de co-financiamento, através do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), bem como pela implantação do SUAS na interface com o atendimento das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto nos CREAS, apresenta-se como desafio de enfrentamento premente, seja do ponto de vista das demandas por qualificação da gestão das políticas públicas, seja pelos esforços acadêmicos no sentido de dar visibilidade ao processo de municipalização do atendimento destas medidas.

Lançar luz para as demandas por garantias de direitos humanos dos adolescentes em cumprimento destas medidas em meio aberto e, também, identificar as potencialidades e fragilidades do Sistema Socioeducativo com atendimento municipalizado em relação às medidas de LA e PSC é um dos objetivos deste estudo visando contribuir para a ampliação dos patamares de qualificação dos serviços que vêm sendo prestados neste âmbito e no investimento intencional à redução da privação de liberdade como resposta da esfera pública às violências de que a juventude brasileira toma parte.

Esta pesquisa, do tipo diagnóstico situacional, tem por base uma abordagem de natureza qualitativa e também quantitativa sobre a situação do atendimento municipalizado das medidas socioeducativas em meio aberto de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de

Serviços à Comunidade (PSC). Estão incluídos neste estudo os seguintes municípios: Caxias do Sul, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Uruguaiana, Santa Maria, Santo Ângelo e São Leopoldo. A seleção e inclusão destes municípios na pesquisa devem-se à existência de unidades de privação de liberdade, bem como à existência de Programa de Execução de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto municipalizados.

Os procedimentos de coleta de dados envolvem análise documental, entrevistas e questionário. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética, tendo sido desencadeada a remessa do questionário que será respondido eletronicamente e o agendamento de entrevistas (baseadas em um formulário de questões abertas). Os sujeitos da pesquisa são: representantes do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA); gestores dos Programas de Execução de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto; adolescentes que se encontram em cumprimento de medida(s) nestes programas e familiares.

Os dados coletados a partir dos formulários e questionário e obtidos a partir de fontes documentais serão analisados através da técnica de análise de conteúdo. As informações quantificáveis receberão tratamento estatístico simples. As variáveis embasadas no SINASE que serão analisadas devem contemplar o respeito aos direitos humanos, considerando a capacidade do adolescente de cumprir a medida dentro de suas próprias peculiaridades e desenvolvimento, visando o caráter pedagógico e preferindo medidas que fortaleçam os vínculos familiares do adolescente dentro de sua comunidade e município. Em suma, espera-se com esse estudo, contribuir para que haja uma qualificação nas políticas públicas.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, PO: Edições 70, 2004.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 jul. 1990.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE**. Brasília: CONANDA, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília: CNAS, 2009.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social. Norma Operacional Básica. Sistema Único de Assistência Social**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social, 2004.

MARTINELLI, M. L. (Org.). **Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora, 1999.